

Mensalidades: quem vai vigiar as escolas em São Paulo?

Jorge Nagle, presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), disse ontem que até poderá assinar um convênio com a Sunab para fiscalizar as escolas do Estado mas advertiu que por enquanto isso não foi feito e que aqui no estado a Secretaria de Defesa do Consumidor teria prioridade nesta tarefa. "A Sunab apresentou a todos os Conselhos Estaduais, há uns dez dias, proposta de convênio para fazer a fiscalização nas escolas, incluindo a aplicação de multas, fechamento do estabelecimento até a prisão do proprietário, mas nós ainda não assinamos este convênio", frisou.

Segundo o decreto presidencial nº 95.921 de 11 de abril de 1988 somente os Conselhos Estaduais têm competência para fazer este tipo de convênio com órgãos públicos. "O que preciso decidir, agora, é se essa portaria entra em vigor no nosso estado assim que for publicada ou não", disse Nagle estranhando a portaria assinada anteontem por Oiram Campos Cruz, superintendente da Sunab. Uma dúvida de natureza legal que Nagle vai levar à comissão jurídica do CEE. "Preciso saber se essa fiscalização pode ser feita sem a aquiescência do Conselho", questionou.

De qualquer maneira, Jorge Nagle acha que neste aspecto ele, como presidente do CEE, tem toda autonomia para decidir nesta questão, que lhe foi conferida pela deliberação 07/88 do CEE. Ele e Paulo Salvador Frontini, secretário estadual da Defesa do Consumidor, estão conversando sobre

como fazer esta fiscalização já há uns três meses e Nagle avisou que o acordo com a secretaria pode sair nos próximos dias.

Frontini só está aguardando um ofício do Conselho Estadual de Educação para começar a agir. "A fiscalização de escolas é um trabalho muito difícil", segundo ele, "diferente de fiscalizar preços de pães e leite". E contou que a secretaria já tem 15 equipes de três pessoas cada uma, "rigorosamente treinadas para este serviço específico".

Para Frontini, a portaria assinada por Oiram não deve ter validade para São Paulo ou outros Estados que não assinaram estes convênios com a Sunab, pois "a portaria fica sem validade diante do decreto presidencial. E o presidente em exercício, dr. Ulysses Guimarães, não mexeria neste vespeiro".

De janeiro a junho, o CEE recebeu cerca de 13 mil reclamações, referentes a 400 escolas. Todas elas já foram notificadas pelo Conselho mas nem todas responderam ao chamado para justificarem-se. Segundo o presidente da Comissão de Encargos Educacionais, João Gualberto de Carvalho, não dá para saber quantas são realmente infratoras, "porque ainda estão sendo estudadas pela Comissão". O Procon também não tem exatidão no número de escolas que estão cobrando a mais de seus alunos, mas recebeu no mesmo período 1.723 consultas sobre cálculo de mensalidades e 82 reclamações ou denúncias por telefone ou pessoalmente.